



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 18/03/2026 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).

Assunto: Campanha da Fraternidade 2026, com tema: “Fraternidade e Moradia” e como lema

Aos dezoito (18) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte (2026), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às dezenove horas (19:00), ocorreu Audiência Pública, proposta pela vereadora Professora Iara Pimentel, para debater sobre: A Campanha da “Fraternidade e Moradia” e como lema “Ele veio morar entre nós” (Jo 1,14). Foram convidados e participaram da Audiência: o Sr. José Geraldo Cardoso (Gera do Chica, Diretoria de Habitação do Município de Montes Claros), o Sr. Eduardo Ribeiro Silva (CRDH Norte/CARITAS), o Sr. Luiz Eduardo de Souza (Coordenador do Secretariado Sociopolítico da Arquidiocese de Montes Claros), a Sra. Sônia Gomes de Oliveira (Secretaria-Executiva da Comissão Brasileira de Justiça e Paz), a Sra. Iasmim Chequer Cavalcanti (Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras por Direitos MTD), o Sr. Leonardo Santos Marques (Setor de Habitação do PT), a Sra. Isabella Antunes Vasconcelos (Advogada e membro da Pastoral da Favela e Moradia), a Sra. Pricila Lima Alkmin, Representado a Sra. Marilene Alves (Leninha Deputada Federal) e a Sra. Maria Eliana. Foram convidados, mas não compareceram: o Sr. Guilherme Augusto Guimarães Oliveira (Prefeito de Montes Claros), o Sr. Danniell Librelon Pimenta (Promotor de Justiça), o Sr. Dom José Carlos de Souza Campos (Arcebispo da Arquidiocese de Montes Claros), o Sr. Pedro Jair Pereira da Silva (Sede dos Vicariatos-Arquidiocese de Montes Claros), a Sra. Maíra Carvalho (Movimento dos Trabalhadores sem teto (MTST)). Após a abertura da reunião e a composição da Mesa, a vereadora Professora Iara Pimentel, proponente da audiência, expôs os motivos e objetivos de sua realização. Dizendo que conforme a Fundação João Pinheiro, no Brasil são quase 6(seis) milhões de moradias faltantes, um número assustador, houve uma queda entre 2016 (dois mil e dezesseis) e 2023 (dois mil e vinte e Três), mas a inadequação habitacional de infraestrutura e estrutura como banheiro, água encanada, esgoto, aumentou 4,34% (quatro vírgula trinta e quatro por cento), o problema afeta principalmente as famílias com renda até 2 (dois) Salários mínimos, no Estado de Minas Gerais são meio Milhão de famílias sem moradias, são pessoas que não têm um endereço, dignidade, e respeito. Há um levantamento de que em, Monte Claros uma população estimada em mais de 434 (quatro centos e trinta e quatro) mil habitantes e tem hoje escritos no programa de habitação mais de 22.000 (vinte duas) mil famílias. É necessário sim uma tomada de atitude. O Programa Minha Casa Minha Vida até o ano de 2020 (dois mil e vinte) entregou cerca de 1297 (mil duzentos e noventa e sete) casas no nosso Município, mas quando essas casas foram entregues o poder público não garantiu os equipamentos urbanos, como



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

creche, escola posto de saúde, ponto de Lotação, etc, isso levou muitas dessas famílias conviverem muito tempo com a precariedade, ou então a abandonarem suas casas. É no ano de 2025(dois mil e vinte e cinco) foram anunciadas 750 (setecentos cinquenta) casas do programa Minha Casa Minha Vida, foi feito um chamamento por parte da prefeitura, mas as empresas desistiram da construção dessas moradias, no início desse ano foi feito o novo decreto de número 5189 de 15/01/2026 (quinze de janeiro de dois mil e vinte seis) estabelecendo uma ex, uma Zona Especial de interesse ali próximo ao Vitoria para construção dessas moradias dentro do programa Minha Casa, minha Vida. Dentro dessa proposta de habitação Montes Claros também um programa de Regularização Fundiária, que foi a partir de uma Lei complementar 2023 (dois mil e vinte três), que tem como objetivo regularizar e também garantir a concessão de acesso pra fins de moradia e concessão de autorização de uso de imóvel publico, e regularização de ligação de energia, água e esgoto sanitário para essas famílias, a Campanha dramática de Moradia no Brasil. O Sra. Pricila cumprimentou mesa e publico presente se apresentou, falou que discutir moradia e discutir a forma de como a cidade e feita, e quem deve quem consegue quem pode permanecer na cidade e que condição essa pessoa pode viver, e quais são as pessoas reconhecidas ali pra esse direito tão importante dele desdobrar que desdobra muitos outros, quando agente fala de moradia eu acho um ponto importante pra gente começar a tom desse momento hoje, agente não tá falando só do abrigo físico não e só teto, não adianta você construir um conjunto habitacional numa área que não tem infraestrutura urbana, não tem linhas de ônibus, não tem escolas, não tem posto de saúde, falar de moradia adequada e justamente falar de acesso urbano, como escolas, posto de saúde, etc, agente não pode separar moradia da Cidade, falar de moradia e justamente a falar de direito a cidade, moradia e justamente acesso a esse espaço. E que hoje vivenciamos a falta de moradia para muitas pessoas, as moradias vazias, e as moradias que foram abandonadas por falta de infraestrutura, levando e consideração que não existem dados específicos aqui na nossa região de Montes Claros, como não temos dados precisos uma leitura fina fica difícil compreender qual deficit habitacional aqui da cidade, ate as politicas públicas pensadas em habitação, muitas vezes elas ficam desconectadas, quem são essas famílias, onde elas estão morando, porque elas estão morando em algum lugar, em quais condições, e importante esse diagnostico sério com essa participação real, disputa dos territórios, com articulação entre a universidade, poder publico e sociais e sociedade civil, pra construir uma leitura crítica e uma produção do conhecimento que fato traga um panorama real, não tem como pensar em uma politica publica em moradia sem entender o contexto. Que projeto de cidade nos estamos construindo quando se falam em moradia? E uma cidade que trata moradia como mercadoria, como privilegio como solução ali muito pontual ou uma cidade que reconhece a moradia como direito como uma condição básica pro



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

exercício de todos os direitos. A Sra. Isabela Antunes cumprimentou mesa e público presente, se apresentou e iniciou falando que a um ano a Simone Mota convidou ela pra montar um grupo multidisciplinar e heterogêneo para implementar nessa cidade a pastoral de moradia e favela, que se transformou na campanha da fraternidade desse ano, esse grupo heterogêneo e multidisciplinar, ele tem por objetivo conseguir identificar esses pontos que a Pricila acabou de falar, agente entende como jurídico a necessidade de um suporte para essas pessoas dessas comunidades, para servir de facilitador, para alcance as políticas públicas que as vezes estão disponíveis, mas as vezes por simplicidade ou por falta conhecimento eles não conseguem ter acesso, agente tem trabalhando para que a pastoral sempre implantada na nossa cidade com objetivo principal para que as ações da Campanha da Fraternidade não se encerrem aqui, de forma que agente vá continuar os trabalhos que agente vem desenvolvendo, quanto a ocupação adequada por parte da população civil quanto aos espaços públicos, com a finalidade de diminuir a violência e aumentar autoestima das pessoas nos ambientes que as fazem bem onde foram acolhidas. A Sra. Maria Eliana cumprimentou a mesa e público presente, falou em nome d mandado da deputada Leninha como tem um compromisso muito grande com os mais necessitados nesse último mês que ser encerrou ela como parte da assessoria, fez parte da Conferência Nacional das Cidades, nos assustou foi perceber que Nacionalmente, foi a sexta conferencia mas Montes Claros foi a primeira vez que se participou, quanto foi a luta para conseguir inserir movimentos sociais a Caritas e o mandato nesse processo, e muito difícil perceber claramente que não ha dados suficientes do nosso Município que identifiquem essas pessoas, agente tem um porcentual falado, mas agente não tem esses rostos, não tem essas caras, não sabem onde identificar, mas se agente for na periferia, sabemos muito bem onde eles, são mulheres a rímel de família, muitas das vezes não tem ninguém, e na conferencia nos assustou perceber que Minas Gerais, diante do Governo Estadual rejeitou recursos para trazer pro nosso Estado, então e uma sucessão de erros de omissão do poder publico que precisa ser mudado, e no mandado da Deputada ela sempre prioriza o povo que mais precisa. A Sra. Sônia Gomes cumprimentou mesa e público presente e iniciou a fala dizendo que a realidade da campanha da Fraternidade como tema Moradia, um dos objetivos específicos da campanha e analisar a realidade da moradia precária no País, muitas vezes admitida como normal, a qual culpabiliza os pobres segrega milhões de pessoas no Brasil, Esse e um dos objetivos que a campanha vem nos chamando e vem questionando a politica Brasileira, e a sociedade Brasileira e nos enquanto igreja, qual tem sido nosso olhar voltado para a campanha da fraternidade a esses essas que estão ai, então a crise habitacional hoje no Brasil, dado como hoje apresenta mais de 6(seis) milhões de pessoas, de famílias que não possuem moradia e ainda tem mais de 26 (vinte seis) Milhões que vivem em situação inadequadas no Brasil, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

entre esses mais o menos 327(trezentos e vinte sete) mil vivem em pessoas que vivem em situação de rua, segundo o ultimo dado recente do censo. Trazendo esses dados , então diante desta realidade eu gostaria de trazer esse olhar para Montes Claros, sinto que em Montes Claros tem um deficit muito grande da gente fazer um olhar voltado para a mesma, hoje não temos um dado concreto de monitoramento da população em situação de rua de Montes Claros sem moradia, segundo a ultima pesquisa realizada em janeiro fevereiro que existe entorno de 700 (setecentas) pessoas morando nas ruas de Montes Claros, mais isso e uma suposição, então como podemos pensar em ter um diagnostico mais preciso, e como garantir que essas pessoas não vão viver nas ruas de Montes Claros,e depois um olhar mais preciso ainda para além daqueles em situação de rua aqueles que saem dos equipamentos e não tem pra onde ir na nossa cidade, sai do presídio, sai do hospital e vem pras ruas, qual o olhar hoje das politicas publica do município, enquanto cidadã da sociedade civil,podemos trazer pra essas pessoas, a audiência deve nos mobilizar enquanto sociedade civil e o poder publico garantir moradia digna, mas também garantir politicas publicas, e politicas publicas e inclusive garantir que não haja despejos das formas que o movimento sociais fazem e desumano, a campanha vem chamando justamente para isso para quando necessário façam de uma forma mais humanitária. Falou da necessidade da retomada do comitê POP rua, e ampliação do bolsa moradia, e criação de casas de acolhida para essas pessoas. O Sr. Luiz Eduardo iniciou agradecendo publico e mesa presente, parabenizou a CNBB por esta proposta, porque ela iniciou a Campanha da Fraternidade no ano de um golpe, em 1964(mil novecentos e sessenta e quatro), e um gesto de ousadia, enquanto o Brasil sofria uma repressão violenta a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil projetava pela a fé uma transformação sociopolítica, esse e o segundo ano que a campanha tem o mesmo tema o primeiro em 1993(mil novecentos e noventa três) e de novo agora, isso significa que estamos discutindo um tema temático que e recorrente e problemática no Brasil como foi falado um deficit que chega em 6,2 (seis virgula dois) milhões de moradia apesar de todo os esforços dos governos Lula e Dilma, sobre a representação que ele faz sobre a arquidiocese do vicariato, deixou registrado que a dignidade humana e o elemento fundamental não e só moradia, agente tá falando de dignidade humana, e a dignidade humana e um dos princípios da doutrina social da igreja, a um grande Filósofo Alemão que se dizia, só se discuti politicas publicas socieconômica social quando as nossas necessidades básicas forem atendidas, e moradia e uma necessidade básica, e não e mercadoria e dignidade,e a igreja tradicionalmente deste Conselho Vaticano II tem se impulsionado em favor dos empobrecidos, são eles as vitimas desse deficit habitacional, e a igreja tem o papel politico ela estar inserida na sociedade ela estar inserida na polis, e por estar inserida na polis ela tem sim papel politico, e um papel radiotransformador, função da igreja e transformar sociedade, mudar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

realidade, em favor dos empobrecidos, então a igreja tem um papel fundamental, e deixa uma sugestão para fazer uma comissão junto com as universidades, movimentos culturais e sociais para que juntos possam debater e tentar evoluir na causa. O Sr. Leonardo cumprimentou a mesa e o público presente, iniciou sua fala se apresentando e dizendo que faz parte do Setorial de moradias, que é do Estado de Minas Gerais, e um setorial aonde estão querendo implantar aqui na cidade de Montes Claros onde ele é coordenador tanto aqui em Montes Claros quanto no Norte de Minas, falou que foi muito a campanha da fraternidade existe todo ano com esse nome, o que muda e o tema Moradia, não existe fraternidade verdadeira onde tem alguém dormindo e morando nas ruas, sem teto sem dignidade, falou nos números que foram falados de falta de moradia, isso se transformou em pessoas quase triplicadas ou quadruplicadas levando em consideração que uma família tem entorno de três a quatro pessoas, a moradia embora seja no seu artigo sexto da Constituição seja um direito fundamental, na prática ela virou o quê? Mercadoria estar na mão do mercado que acaba decidindo, e o mercado que se dita hoje quem tem casa e quem não tem casa, moradia não é luxo e necessidade, tem um dado hoje sobre Montes Claros do repositório da UFMG, Montes Claros tem um déficit de 10,000 (dez mil moradias) ou seja milhares de famílias estão sem moradia segundo o repositório, mas vem um dado interessante são 16,000 imóveis vazios, isso abrange todas as regiões de Montes Claros, o Padre Jean Paul ele fala que a pessoa que não pode colocar nem seu CEP no currículo, porque? Porque dependendo do endereço dessas pessoas elas são descartadas antes mesmo de suas qualificações serem avaliadas, isso mostra que a falta de moradia também causa preconceitos, gera exclusão, não basta somente refletir, e preciso agir enquanto houver uma família sem moradia, o setorial de moradia não vai descansar. O Sr. Eduardo Ribeiro, iniciou cumprimentando a mesa e o público presente, falou do déficit de informação em relação a moradia, mas falou que em 2017 (dois mil e dezessete) no mandato do ex, Prefeito Humberto Souto foi feito um estudo que apontou um déficit de 30.000 (trinta mil moradias, aqui em Montes Claros, então aqui fica aqui a pergunta onde está esse estudo para que possa ser estudado, plano do atual prefeito interessante mostrar que só aparece três vezes a questão habitacional, e interessante quando colocamos moradia com o tema saúde, falou que o tema habitação e saúde andam juntos são basicamente a mesma coisa, faz uma provocação temos duas formas de abordar e atuar no tema uma delas, nos temos uma Lei de 2008 que é chamada Lei de ATIS, que é uma lei de assistência técnica para habitação interesse social, no qual sou especialista, nos já podemos implantar aqui no nosso município, falou da necessidade da população participar das políticas públicas da nossa cidade principalmente no tema habitação, quando entregamos uma casa, por exemplo, não é necessariamente daquela casa ou espaço que precisamos, que podemos construir em conjunto perguntar, para que possamos desenvolver políticas públicas voltadas a essas pautas, deixo aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

como igreja um apelo Joao Paulo I, a igreja reconhece que e um dever cristão a busca sobre a resolução, e um grave dever seu associa-se a quantos e tantos atuam com dedicação e abnegação, para o problema de moradia encontra soluções concretas e urgentes e para os que carecem de teto seja objeto de atenção e preocupação por parte da autoridade pública. O Sr. José Geraldo cumprimentou mesa publico presente, falou da admiração aos defensores das causas sociais, e pegando a proposição do Eduardo de montar uma comissão para que nos transformamos esses questionamentos em propostas e consequentemente e projetos, porque a partir disso conseguimos envolver a sociedade e ativa, mas e ela não for provocada, ela não age, então por essa indicação já e muito valida a audiência pública, hoje não tem dados concretos do deficit habitacional, mas conforme seu conhecimento do dia a dia, hoje ele acredita que o deficit e de mais ou menos 15,000 (quinze) mil, aumentado quando incluir moradias sem infraestrutura, muitos conjuntos que foram entreguem ate 2017 (dois mil e dezessete) por falta de gestão esses conjuntos foram entreguem sem nenhum equipamento publico, dificultado assim a permanência de muitas famílias, e acabando ter abandonado as suas casas, por esse motivo na gestão do ex Prefeito Humberto Souto ele propôs não da carta de anuência para nenhuma empresa para construir conjunto sem assumir os equipamentos públicos, porque a partir de agora nos vamos assumir os equipamentos públicos de todos os conjuntos que já foram feitos, todos receberam escola, posto de saúde, praça, cemeis, e um trabalho tecsocia que habilitou muitas famílias na questão do emprego e renda, na questão de fundar suas associações, criamos os galpões de reciclagem, capacitamos as pessoas, criamos as feiras comunitárias, as biscoitarias, as fabriquetas de tempero, e academias de ar livre, tem quadra poliesportiva, então dentro da condição de oferecer uma habilidade digna das pessoas, nas sequencia em 2025 (dois mil e vinte e cinco) foi registrada três propostas de novo conjuntos habitacionais, porém no final de 2025 (dois mil e vinte e cinco) as três empresas desistiram de todas as propostas, agora em fevereiro 2026 (dois mil e vinte seis) foi protocolado mais 02 (duas) proposta para mais 02 conjuntos mais ainda estão tramitando na Caixa, nos não podemos oficializar nenhum resultado porque estar em análise na Caixa, mas o município não se despesou dessas questões, e implantou a regularização Fundiária que não e só a legitimação daquela pessoa no ambiente onde ela já mora a muito tempo, mas também a liberação da implantação de água, luz e esgoto, que uma grande parte das áreas periféricas, ela e passiva de uma bia qualidade de vida, mas deste que esteja implantado essas infraestruturas, nos estamos retomando a conclusão do Rio do Cedro que e la no Castelo Branco que ficou faltando 49 (quarenta e nove) casas, a proposta já estar bem adiantada, a prefeitura doou o terreno, e está acompanhando a entidade de moradores sem teto que e pra construir la no Marieli Franco 127 (cento e vinte sete) unidades com uma cozinha comunitária com uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

biblioteca pública, nós construímos 16 (dezesesseis) casas, isso com recursos públicos para tirar as pessoas do lixão do bairro São Geraldo II, que foram entregue as pessoas tudo com infraestrutura, estamos desenvolvendo um programa que chama REGMEL na Cidade Industrial que está complementando 500 (quinhentas famílias) com regularização fundiária, e 140 (cento e quarenta) moradias habitacionais, onde a pessoa pode ampliar sua casa trocar seu telhado, Construir um banheiro, construir um muro, trocar piso, a pessoa pode acessar ate 22.000 (vinte dois mil reais), e paga 1% do valor do capital, já estar bem adiantado, já pontuamos tudo, e a própria prefeitura faz todo o cadastro, e acompanha a lista deoturnamente o trabalho, a regulação fundiária ela nos temos mais de 10.000 requerimentos abertos, o município estar aguardando o governo Federal abrir o novo programa minha casa minha vida com abertura para novas propostas próprias, para que o próprio Município contrata uma empresa e também participa das propostas, Mas todas as empresas que vem com credibilidade o Município dá a carta de anuência e dar toda sustentação para que seja implantada o programa, deste 2009 (dois mil e nove) todos os programas foi implantando com a gente eu respeito e afirmo com autoridade o empenho do município hoje com Guilherme, mas antes com Humberto Souto implantou todos os equipamentos em todos os conjuntos habitacionais, só faltando um a escola do Santos do Mon, que e uma escola grande com 12 salas com refeitório grande, quadra poliesportiva coberta para ficar os 11(onze) residenciais todos equipados com escola, cemeis, e unidade básicas. Bolsa moradia hoje tem 65 (sessenta e seis) famílias atendidas, a bolsa e um programa que só entra alguém quando sai um, porque as famílias assistidas ficam no mínimo 6 (seis) meses, podendo renovar mais 6(seis) porém a maioria só piora a situação tem pessoas que já estão a 6 (seis) anos, e devido a situação não podem ser retiradas, impedindo assim de abrir mais vagas para contemplar novas famílias. A Sra. Iasmim comprimento mesa e publico presente, e iniciou sua fala dizendo que o MTD e um movimento que luta pelos direitos né pelo direito a cidade, e a moradia estar dentro desse direito a cidade, e a gente costuma dizer que a palavra de ordem, e direito de morar e morar com direitos, justamente porque a moradia vai além do teto, ela vai a partir da infraestrutura que se tem para morar dignamente, O MTD surge em 2014 (dois mil e quatorze) justamente dentro da luta por moradia, e deste então vem acompanhando ocupações espontâneas, e essas ocupações vem sendo criminalizadas fortemente pelo poder publico, o conjunto Joaquim Costa, foi uma das ocupações espontâneas mais antigas, e que se concretizou como bairro, então deste então essas outras ocupações como a ocupação Santa Cruz, ocupação Eh Juntos Venceremos, ocupação Marieli e muitas outras que tiveram e foram criminalizadas pelo poder publico, o Município precisa reconhecer a moradia como direito é não uma luta que deve ser criminalizada e sim um problema social que precisa ser resolvido e enfrentado pelo poder publico, moradora do bairro Vila Atlântida a pelo menos 12 (anos), um bairro



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

consolidado, porém que vivência uma precariedade de moradia, as casas não tem janelas, não tem ventilação, são muitas famílias no mesmo terreno, no conjunto habitacional Vitoria II onde ela acompanha de perto através da Associação de Catadoras, apesar do poder publico de ter espaços como escolas creches, ainda tem uma questão muito forte ali que e o transporte publico, que isola as periferias, isso fere o direito de moradia digna e saber que pelo índice da cidade que e cerca de 410.000(quatrocentos e dez mil) habitantes e ter 65(sessenta e cinco) famílias dentro do programa bolsa aluguel, e um número insuficiente comparando a proporção de habitantes, então se tem 22.000 (vinte duas mil) pessoas escritas na minha casa vida o município tem que adotar medidas municipais e não só esperar as Federais porque só elas são insuficientes. Houve participação do público presente que, de um modo geral, falou que a campanha da fraternidade de 2026(dois mil e vinte seis) não sirva somente para reflexão, mais ação e cobrança aos parlamentares, os eleitos têm obrigação de trabalhar para o povo, e desrespeitoso a falta de compromisso, com moradia digna, há dinheiro para emendas parlamentares, fundos eleitorais, salários altíssimos, para vereadores, deputados e senadores, precisamos de politicas mais claras e de fácil acesso para quem realmente precisa e que se deve se beneficiar delas, retirando os entraves burocráticos que muitas vezes se põe entre os programas e quem deveria se beneficiar deles, precisamos ser realistas quanto a situação, foi cobrado também sobre o atual plano diretor que faz 10 (dez) anos agora em 2026 (dois mil e vinte seis) e que precisa ser revisado a cada 10(dez) anos e ninguém falou disso, podendo incluir essa pauta na revisão do novo plano diretor, cobrou também a falta de dados reais quanto ao número exato sobre pessoas sem moradia, foi cobrado do Município o apoio para que o COMITÊ POP RUA de seguimento e andamento para que continue dando suporte e fazendo o trabalho que ele desenvolve, falou das famílias que moram em ocupações urbanas mas que muitas das vezes não tem aceso a saúde. não tem acesso a PSF, postos de saúde, e a direto dos programas oferecidos inclusive pelo SUS, como por exemplo o médico em casa, e foi cobrando explicação de como funciona a bolsa aluguel e qual os critérios usados para ter o direito, tendo em vista famílias que tem extrema necessidade e urgência e não tem retorno do município quanto ao pedido. Além da proponente (vereadora Professora Iara Pimentel), participaram da audiência o vereador: Daniel Dias. O vereador Daniel Dias defendeu cumprimentou mesa e publico presente, falou que moradia e um direito e um direito que tem que ser cumprida falou que a falta de moradia impacta diretamente na condução de seres humanos, falou que estudou em mais de 6 (seis) escolas por falta de uma moradia pois pagava aluguel, e só conseguiu fixar após a família conseguir comprar um lote e construir um cômodo com banheiro e assim conseguir dar andamento nos estudos numa única localidade, falou dos conjuntos habitacionais que são construindo muitas das vezes em locais distantes ai pega essas famílias da região central leva pra la e muitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

das vezes eles voltam para suas antigas moradias precárias como aconteceu muito com os antigos conjuntos por falta de equipamentos públicos, falou que o município muitas das vezes para pagar um valor que é devido pelo município o município tirou equipamentos e prédios públicos da região central para poder doar para empresas para poder pagar uma dívida, porque para fazer habitação não pode, porque habitação tem que ser em locais distantes, falou da necessidade da recuperação desses contratos para fazerem as casas porque são muitas pessoas escritas e que talvez o déficit habitacional real que está lá, não é o real porque as vezes as pessoas não procuram, então precisamos continuar defendendo o povo mais pobres que mais necessitam. Após a fala dos vereadores inscritos, iniciou-se as considerações finais dos convidados. A Sra. Maria Eliana citou a presença do assessor Vercir e reforçou o compromisso da Deputada Leninha com os mais necessitados. A Sra. Priscila Dias fez o levantamento sobre o plano diretor, que não só precisa fazer um plano diretor, mas que a sociedade compreenda e participe, e que ele seja colocado em prática. A Sra. Iasmim reforçou sua fala reafirmando que o município precisa fazer um plano Municipal para conseguir sanar o problema de moradia. A Sra. Sônia falou da necessidade de criar um comitê para trazer dados reais da população de rua, e não só a população de rua mas todas aquelas pessoas como catador de reciclável e todas as pessoas mais vulneráveis. O Sr. Eduardo agradeceu a todos na mesa, e refocou suas palavras se colocando sempre para discussão sobre o tema, falou da necessidade de fazer uma política pública para os mais empobrecidos. O Sr. José Geraldo agradeceu a proponente da audiência, e esclareceu quais são os critérios usados para adesão da bolsa aluguel que são pessoas muito carentes, pessoas que estão com medida protetiva, pessoas que tenham muito idosos na família e muitos outros, tudo e analisado por uma equipe e ele pessoalmente. O Sr. Leonardo agradeceu ao convite e a presença de todos falou que o setorial de moradia já está bem avançado. O Sr. Professor Luiz Eduardo nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem-terra, nem um trabalhador sem serviço, falou de todos os representantes e sugeriu mais uma vez a criação da comissão para dar sequência no que foi discutido aqui na audiência. A vereadora Professora Lara proponente da audiência, agradeceu a presença de todos, falou das obrigações como cidadão e parlamento, e reafirmou o compromisso com a sociedade mais vulnerável, após encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de março de 2026.

Elaine Santos